

À boleia das economias vizinhas...



Ricardo Cabral

Em suma, avalia-se a política económica e orçamental portuguesa como modesta e sem *élan*, num contexto muito difícil, é certo

No contexto da pandemia de covid-19, a estratégia orçamental portuguesa tem sido acomodar a quebra de receita, mantendo a despesa prevista e criando alguns programas de apoio pontual (e muito diminuto) ao rendimento das famílias e das empresas, destacando-se, no referente a empresas, a nacionalização da TAP por via da sua recapitalização pelo Estado.

Quanto ao investimento público, aguarda a operacionalização do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, o que significa que é melhor esperar sentado.

Em suma, avalia-se a política económica e orçamental portuguesa como modesta e sem *élan*, num contexto muito difícil, é certo.

Mesmo que houvesse muito dinheiro, Portugal não o conseguiria utilizar

A agência de *rating* Standard and Poor's (S&P) considera que um dos principais problemas da economia portuguesa é que não tem capacidade para processar muitos fundos, tendo afirmado, segundo o jornal *Eco*, que "despejar" estes fundos europeus "numa pequena economia em sete anos poderá revelar-se desafiante".

Será, com efeito, difícil empregar plenamente e de forma eficiente esses fundos. A dificuldade é agravada pela destruição de capacidade produtiva e de capacidade de gestão de projectos de investimento em resultado da estratégia de austeridade dos últimos anos e da estagnação económica das últimas duas décadas.

A S&P também nota que uma percentagem muito significativa do emprego, da actividade económica e das exportações líquidas são geradas pelo sector do turismo.

Com efeito, em 2018, o sector do turismo terá representado cerca de 11,3% do PIB e 9,4% do emprego, ou 524 mil empregos, segundo dados da conta Satélite do Turismo do INE. Por outro lado, as exportações líquidas de viagens e turismo representaram 6,2% do PIB em 2019, um importante contributo para um país com uma balança de bens e uma balança de rendimento primário tradicionalmente negativas. O excedente da balança das viagens e turismo foi determinante para assegurar uma balança corrente e de capital (i.e., poupança externa)

positiva, 0,9% do PIB em 2019.

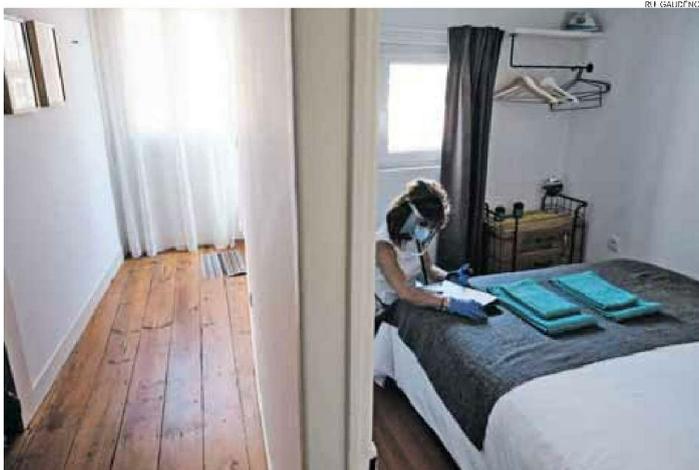
Não obstante, a S&P está optimista sobre o futuro próximo da economia portuguesa, antevendo um crescimento de cerca de 4% por ano (4,8% em 2021) à boleia de fundos europeus que representarão aproximadamente 4,3% do PIB por ano, um aumento significativo em relação ao passado em resultado dos dinheiros a fundo perdido do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

Note-se que o país já não cresce a taxas reais iguais ou superiores a 4,0% ao ano desde 1998 e que, desde essa altura, somente em quatro anos cresceu a taxas iguais ou superiores a 3,0% ao ano (em 1998-2000 e em 2017).

Não obstante, a confirmarem-se as perspectivas da S&P, estaríamos em vias de entrar nos melhores anos económicos desde 2000, algo que já esquecemos o que significa após esta longa travessia do deserto que o gráfico nesta página tão bem revela.

Há razões adicionais para optimismo. Os EUA e algumas economias europeias estão a desenhar programas de estímulo macroeconómico significativos, o que não deixará de puxar pela indústria portuguesa. Nesse sentido, Portugal adoptou, como pequena economia aberta, uma estratégia tipo "*beggar-thy-neighbor*", i.e., age quase como pedinte junto dos seus vizinhos, porque procura utilizar o crescimento da procura interna desses países para tentar sair da crise económica causada pela covid-19.

“
O sector do turismo
irá sofrer uma
profunda
reestruturação
e perderá peso na
economia portuguesa



Não obstante, as autoridades portuguesas deveriam fazer mais com o objectivo de colocar a economia portuguesa a crescer de forma robusta.

Reestruturação da indústria do turismo

Por um lado, é necessária uma estratégia para realocar em grande escala capacidade produtiva e emprego do sector do turismo para outros sectores de bens e serviços transaccionáveis. O sector do turismo irá sofrer uma profunda reestruturação e perderá peso na economia portuguesa. Se se assumir uma contração de 25% do sector, poderiam ser destruídos cerca de 130 mil empregos.

Na actual situação, o sector privado não está em condições de criar a médio prazo emprego noutros sectores em escala suficiente. Compete ao Governo pôr em marcha programas específicos para criar capacidade produtiva e emprego que acomode a reestruturação do sector do turismo já em curso.

E tais programas só serão possíveis em poucos sectores estratégicos, dadas as actuais regras europeias relativas a ajudas estatais.

Aumentar a capacidade produtiva da economia

Por outro lado, parece pouco provável que o país seja capaz de processar os referidos 4,3% de transferências europeias por ano, bem como aproveitar a "boleia" dos programas de estímulo orçamental dos nossos principais parceiros comerciais.

Distribuir dinheiros europeus pelas empresas portuguesas, por si só, dificilmente contribuirá para o aumento significativo da capacidade produtiva nacional, quer da sua competitividade internacional, porque se afigura que o incentivo das empresas em relação a programas temporários como o *Next Generation EU* será substituído por investimento já programado por investimento financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Ou seja, mesmo que os incentivos estejam desenhados de forma muito restritiva (o que tenderia a diminuir o seu impacto na taxa de crescimento do PIB), esses novos fundos europeus poderão, é certo, contribuir para a recapitalização das empresas nacionais, mas também poderão, em alternativa, resultar em dividendos extraordinários para os accionistas das empresas que beneficiem desses fundos. O importante seria, ao invés, assegurar o crescimento acentuado e sustentado do investimento privado.

Por último, investimento público em infra-estruturas

Afigura-se que o terceiro pilar da política económica do Governo deveria consistir num reforço do investimento público em infra-estruturas, aumento esse financiado directamente pelo Orçamento do Estado.

Em particular, se a Comissão Europeia não quer ver investimento público em infra-estruturas no Plano de Recuperação e Resiliência português, o Governo deveria incluí-lo no âmbito do investimento programado no Orçamento do Estado.

Crescimento económico: ver para crer?

Após todos estes anos de desempenho macroeconómico desolador, é difícil acreditar em meia dúzia de anos pela frente com taxas de crescimento económico real de 4% como prevê a S&P.

Contudo, a análise da S&P é lógica. O enquadramento macroeconómico afigura-se muito favorável: nomeadamente, a dimensão dos estímulos orçamentais dos EUA e de outros parceiros comerciais; taxas de juro extraordinariamente baixas e política monetária do BCE muito acomodaticia; preços de combustíveis baixos; e significativas transferências orçamentais europeias para Portugal. Nessas condições, taxas de crescimento da economia portuguesa similares às observadas na segunda metade dos anos 90 parecem possíveis e até plausíveis, se o país for capaz de criar as estruturas para investir eficientemente os fundos europeus e se for capaz de aumentar a capacidade produtiva para responder ao crescimento da procura interna dos nossos principais parceiros comerciais.

Professor de Economia do ISEG. Escreve à segunda-feira